

A qualidade do habitar na moradia estudantil em Salvador – Bahia.

La calidad del habitar en la vivienda de estudiantes en Salvador de Bahia

Sessão Temática: ST04. Ambiente construído, tecnologia e sustentabilidade

JESUS, Natiele São Paulo de; Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal da Bahia.

natiele_saopaulo@hotmail.com

SANTANA, Beatriz Aguiar Oliveira; Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal da Bahia.

beatrizaguiaros04@gmail.com

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena; Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Grupo de Pesquisa Lugar Comum da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

maiaraujo2006@gmail.com

BARROSO, Aline Maria Costa; Doutora em Urbanismo e Ordenação do Território pela Universidad Politécnica de Madrid. Grupo de Pesquisa Lugar Comum, Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo (PPGAU-UFBA), Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA).

aline.barroso@ufba.br

Resumo

A moradia estudantil é abordada neste trabalho como um espaço de pertencimento e resistência, oriundo de mobilizações políticas em prol da assistência estudantil, que garantem a permanência dos estudantes vindos de cidades distantes no contexto universitário, envolvendo a coletividade e a qualidade como aspectos centralizadores. Diante disso, considera-se a qualidade das moradias como critério de entendimento desse contexto, a partir do conceito de moradia adequada. Se fez necessário, então, elencar componentes da ONU que embasam a discussão sobre adequação, visando entender se estes interferem na qualidade dos espaços. Por conseguinte, tentou-se refletir quanto à adequação das moradias nas categorias estudadas. Nesse sentido, o presente artigo aborda reflexões e resultados de uma pesquisa que, para além de listar as moradias existentes em Salvador, buscou entender o contexto das mesmas como forma de reverberar a importância desses espaços para o contexto acadêmico-social.

Palavras-chave (3 palavras): Moradia Estudantil, qualidade, adequação.

Abstract

Student housing is approached in this work as a space of belonging and resistance, arising from political mobilizations in favor of student assistance, which guarantee the permanence of students from distant cities in the university context, involving the collectivity and quality as centralizing aspects. Therefore, the quality of housing is considered as a criterion for understanding this context, based on the concept of adequate housing. It was necessary, then, to list the UN components that support the discussion on adequacy, aiming to understand if they interfere in the quality of spaces. Therefore, an attempt was made to reflect on the adequacy of housing in the categories studied. In this sense, this article discusses reflections and results of a research that, in addition to listing the existing houses in Salvador, sought to understand their context as a way of reverberating the importance of these spaces for the academic-social context.

Keywords: Student Housing, quality, adequate housing.

1. Introdução

Apesar da ampliação de políticas de inclusão social e ações afirmativas, vivenciado principalmente no período de 2003 a 2014, o ingresso e a permanência em universidades públicas no Brasil nunca deixou de ser um árduo processo para uma grande parcela da população jovem, bem como, para aqueles que não moram em capitais ou pólos universitários. Algumas cidades do país são consideradas polos universitários e, no contexto da Bahia, Salvador, ainda que não possa ser assim considerada na hierarquia de cidades no estado, assume essa perspectiva, haja vista seu histórico papel centralizador de fluxos, por ser uma metrópole.

Os estudantes dos campi da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, em sua maioria, são provenientes de outras cidades, como Barros (2014) aponta em sua pesquisa. Este fato pressupõe que, para se manterem na nova realidade terão diversos tipos de gastos como alimentação, transporte, aluguel etc. Assim, a moradia desponta como um dos custos mais elevados, ou seja, requer investimento seja por parte dos familiares, do Estado (mediante políticas públicas) ou outros atores que possibilitarão a estadia desses estudantes até a conclusão de seus cursos.

Desse modo, as moradias estudantis surgem como um espaço de acolhimento para os universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica e acabam por, de alguma maneira, trazer reverberações nos distintos âmbitos da vida do estudante – o pessoal, o acadêmico, o profissional. É, portanto, uma prática de cuidado, conquistada após reivindicações sociais e mobilizações estudantis, que necessita de constante atenção, seja

para manutenção do imóvel, seja para atender às demandas solicitadas pelos estudantes que vivenciam esses espaços. Entender a qualidade e a adequação dessas moradias como um direito necessário para o pleno exercício do direito à cidade é indispensável para o êxito das políticas de assistência e permanência estudantil.

Portanto, indaga-se: como estão as condições dessas moradias? Tentando responder esse questionamento, este artigo fruto da pesquisa “Moradia Estudantil: mapeamento da realidade do habitar na UFBA”¹, tem como objetivo traçar um panorama das condições das moradias estudantis de Salvador, levando em consideração, principalmente, os componentes segurança jurídica da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e habitabilidade que caracterizam a moradia como adequada.

Além disso, como o artigo é um dos produtos da pesquisa citada, durante seu trabalho de campo, ao ser realizada a aplicação de questionários junto a representantes das moradias, despertou-se uma impressão de desconforto em algumas delas, fosse pela estrutura física do imóvel, fosse pela garantia de posse do mesmo. Essa realidade trouxe as inquietações que, somadas ao questionamento já posto e às leituras e discussões teóricas, levaram à escrita deste artigo.

2. Notas Metodológicas

Diante do exposto, inicialmente, foi realizada uma revisão de referências para a fundamentação de conceitos relacionados à temática moradia adequada, objetivando um entendimento mais amplo sobre as condições das moradias estudantis. Em seguida, o trabalho de campo envolveu duas etapas, a primeira ligada à listagem das moradias estudantis em Salvador, e a segunda envolveu a coleta de informações primárias por meio de questionários. Esses foram aplicados junto a representantes das moradias estudantis, com questões referentes às condições do imóvel e ao perfil do morador e, a partir delas, foram definidos critérios de análise.

Para dar conta da primeira etapa do trabalho de campo, foi feito o levantamento de moradias estudantis existentes em Salvador e de seus endereços². A listagem totalizou 72 moradias em Salvador (Figura 1), das quais foi possível a realização de questionários em 48 – sendo 43 vinculadas a municípios da Bahia e/ou associações estudantis, as quais neste

1 O projeto de pesquisa fez parte do programa SANKOFA ligado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da própria UFBA, com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

2 Isto foi possível por meio de buscas online, bem como o contato com antigos membros da Associação de Casas de Estudantes da Bahia (ACEB), de colaboradores do grupo Viva Gente – De acordo com a página oficial do grupo no Facebook, o mesmo tenta discutir as temáticas (feminismos, povo negro, LGBTQI+) nas moradias estudantis, já que essas, de algum modo, agregam diversas representatividades. Buscando criar espaços de debate mais abrangentes e assim ampliar a visão desses moradores em relação à conjuntura política, social e econômica do país –, entre outros atores chaves fundamentais para a coleta dessas informações – são eles moradores antigos e atuais nas moradias estudantis, bem como habitantes, secretarias de educação e prefeituras dos municípios.

artigo se convencionou chamar de Moradia Não UFBA (MNU) – e cinco mantidas pela UFBA – aqui reconhecidas como Moradias UFBA (MU).

Paralelo à elaboração da listagem, os questionários foram sendo pensados e davam conta de questões relacionadas à condição do imóvel, para o qual utilizou-se como base um arquivo já existente, produzido pela ACEB e disponível no Facebook, oriundo da pesquisa “Diagnóstico sobre as moradias estudantis em Salvador”³. Todavia, per si as questões presentes nesse arquivo não davam conta de trazer as respostas buscadas, portanto, ao tentar direcioná-las para as características edilícias – ou seja, as condições físicas como instalações elétricas, hidráulicas, conservação, quantitativo de cômodos etc. – viu-se a necessidade de adaptá-las.

Figura 1: Moradias listadas, localizadas e desconsideradas.



Fonte: autores (outubro de 2019).

Já para alcançar o perfil do morador, o questionário foi elaborado levando em consideração o artigo “Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: a bolsa moradia na UFBA”⁴. Após análise das perguntas descritas nesse documento, também se viu a

3 Cujo produto é um artigo publicado na revista “Bahia Análise & Dados”, em 2010: FIGUEIREDO, G. C. dos S.; PRIMO JÚNIOR, G. R.; LIMA, F. P. R. Moradia estudantil: o direito à cidade nas políticas públicas de juventude. SEI, 2010. p. 515-527.

4 BARROS, Eliene Barreto de Araújo. Permanência dos estudantes de origem popular na Universidade: a bolsa moradia na UFBA. Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16542>>.

necessidade de realizar adaptações, buscando direcioná-lo ao entendimento do perfil do morador, bem como sua motivação e satisfação em fazer parte das moradias.

Com a primeira versão dos questionários desenvolvida, foi feita uma aplicação teste para validação, em agosto de 2018. Nesta fase, os entrevistados tiveram dificuldades para entender algumas questões, que foram reformuladas. Após esse processo, deu-se início à coleta de dados oficial, entre setembro de 2018 e março de 2019.

Para as discussões realizadas, se extraiu informações do primeiro questionário – condição do imóvel – referentes à situação legal, à frequência de manutenção, às condições das instalações hidráulicas e elétricas, à possíveis problemas na oferta de serviços, ao acesso à internet, ao alcance da rede WiFi, que se relacionam com os critérios de avaliação da moradia que aqui serão trabalhados. Ademais, do questionário sobre o perfil do morador, analisou-se a pergunta que se refere a sua satisfação em pertencer à moradia.

Salienta-se que o processo de aplicação dos questionários possibilitou, para além da coleta de dados, uma construção de percepções – fossem relacionadas a visão do entrevistado, fossem ligadas às pesquisadoras – acerca das moradias analisadas. Tais percepções foram fundamentais para apresentar o panorama das condições das moradias estudantis de Salvador. Isso porque, apesar de as respostas contidas em cada questionário estarem sob uma ótica específica, a do morador – visto que são autodeclarações – a elas pode-se agregar as percepções das pesquisadoras, cuja contraposição pôde evitar a leitura de generalidades e destacar especificidades.

3. Breves considerações conceituais

Antes de apresentar alguns resultados da aplicação dos questionários, viu-se a necessidade de subsidiar as análises que foram realizadas, segundo uma discussão conceitual. Assim sendo, esta seção aborda brevemente os conceitos para o entendimento da temática qualidade das moradias, em relação a sua adequação e a satisfação dos moradores, visando embasar a caracterização das moradias estudantis existentes em Salvador, bem como, discute, brevemente, a importância do direito à moradia adequada para o pleno exercício do direito à cidade.

3.1 Moradia e Direito à Cidade

Para Souza⁵ (apud Bernardi e Meda, 2017) “o direito à moradia é concebido como inerente ao ser humano, [...]. A moradia constitui-se como essência do indivíduo, de modo que sem ela a existência digna de outros direitos, como o direito à vida e à própria liberdade, não é exercida de forma satisfatória e plena.” Saule Junior (2006) salienta que a moradia é central

Acesso em: 07 jun. 2018.

5 SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

para o exercício de todos os direitos humanos fundamentados nos valores de cidadania, justiça social e respeito à dignidade humana.

Complementando este raciocínio, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Brasil, 2018) diz que o direito à cidade pode ser objetivamente definido como:

o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, **em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos**, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e **a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos**, concebidos integralmente e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos (2005, p. 2, grifos das autoras).

Para Bernardi e Meda (2017), o direito à moradia não só constitui a cidade, mas também é essencial para a formação de cidades sustentáveis. Esses autores comentam que as moradias e seus entornos são determinantes para o exercício do direito à cidade e para a consequente garantia de um convívio comum, que possibilite as trocas inerentes (e necessárias) a pluralidade do ambiente urbano.

3.2 Qualidade e moradia

Num âmbito geral, a procura da qualidade é, segundo Pedro (2000), um processo dinâmico e cíclico, onde deve-se considerar as necessidades e aspirações individuais e coletivas na forma de habitar. Logo, a qualidade da moradia se relaciona com a capacidade desta de atender às demandas de seus moradores.

Paralelo a isso, tem-se que a moradia adequada foi reconhecida como fundamental para a dignidade humana, ao ser incluída na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e respaldada constitucionalmente⁶, em 1988. Nesse sentido, é importante entender que o conceito de moradia adequada “não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde” (ROLNIK, 2012, p. 38).

Partindo dessas considerações, nesse artigo procura-se entender as características que uma moradia deve ter para ser compreendida como adequada, alcançando (ou não) a satisfação de seu morador. Para tal, estudou-se os componentes discutidos no Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, durante a reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1991, e aqui reconhecidos como segurança jurídica da posse,

6 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

disponibilidade de serviços e infraestrutura, custo acessível da moradia, habitabilidade, acessibilidade e adequação cultural.

Desses componentes, foram selecionados três para realização das análises: a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços e infraestrutura e a habitabilidade. A segurança jurídica da posse foi verificada no tópico “Situação legal da casa” do questionário. É importante visto que, entre outras características, garante aos moradores a segurança de não serem despejados a qualquer momento. Pode ser garantida com uma variedade de formas, como por locação pública ou privada, acomodação, habitação cooperativa, arrendamento, uso pelo proprietário etc. (ONU, 1991 apud MASTRODI; ALVES, 2016, p. 35).

No texto, as respostas se relacionam a duas situações: moradias estudantis cujo uso é do proprietário (as prefeituras, as associações ou a UFBA) e as alugadas. Neste último caso, observa-se que, ainda que a locação seja considerada como um elemento de segurança de posse, no caso da moradia estudantil, a permanência é importante e o aluguel não necessariamente garante essa condição, visto que se trata de um contrato com temporalidade específica entre proprietário e locatário. Esse contrato pode não ser renovado e a continuidade será perdida, o que, por conseguinte, pode afetar na vida dos moradores.

O segundo componente é a disponibilidade de serviços e infraestrutura nas moradias que, ainda segundo a discussão da ONU, faz com que a moradia se torne cada vez mais adequada – na medida que possui fácil acesso aos diversos tipos de serviços e infraestrutura urbana. Nessa perspectiva, duas questões foram elencadas: “Quais serviços ofertados para a casa apresentam problemas?” e “Como estão as instalações elétricas da residência?”. Com relação à primeira, as respostas assinalam problemas na distribuição de água, na pavimentação e acesso, na rede telefônica e no serviço de internet. A carência, inadequação ou falta de algum desses pode afetar a vida dos moradores. Com relação ao serviço de internet, é importante enfatizar que este é considerado como básico, cuja presença é de suma importância ao universitário, dada sua relevância no desenvolvimento de atividades acadêmicas. Já quanto às instalações elétricas, além de levar em consideração o serviço prestado, a análise é pautada no quantitativo de tomadas, interruptores e bocais de lâmpadas funcionando.

Em relação ao componente habitabilidade, salienta-se que este foi selecionado haja vista que trata das condições físicas da moradia e da salubridade. Sob esta perspectiva, para caracterizar a moradia como adequada, é fundamental falar sobre a condição física. Nesse sentido, o artigo enfatiza as instalações hidráulicas e a frequência de manutenção por refletirem mais os aspectos supramencionados, visto que os problemas hidráulicos interferem diretamente na salubridade e a manutenção também é relevante na análise das condições físicas do imóvel.

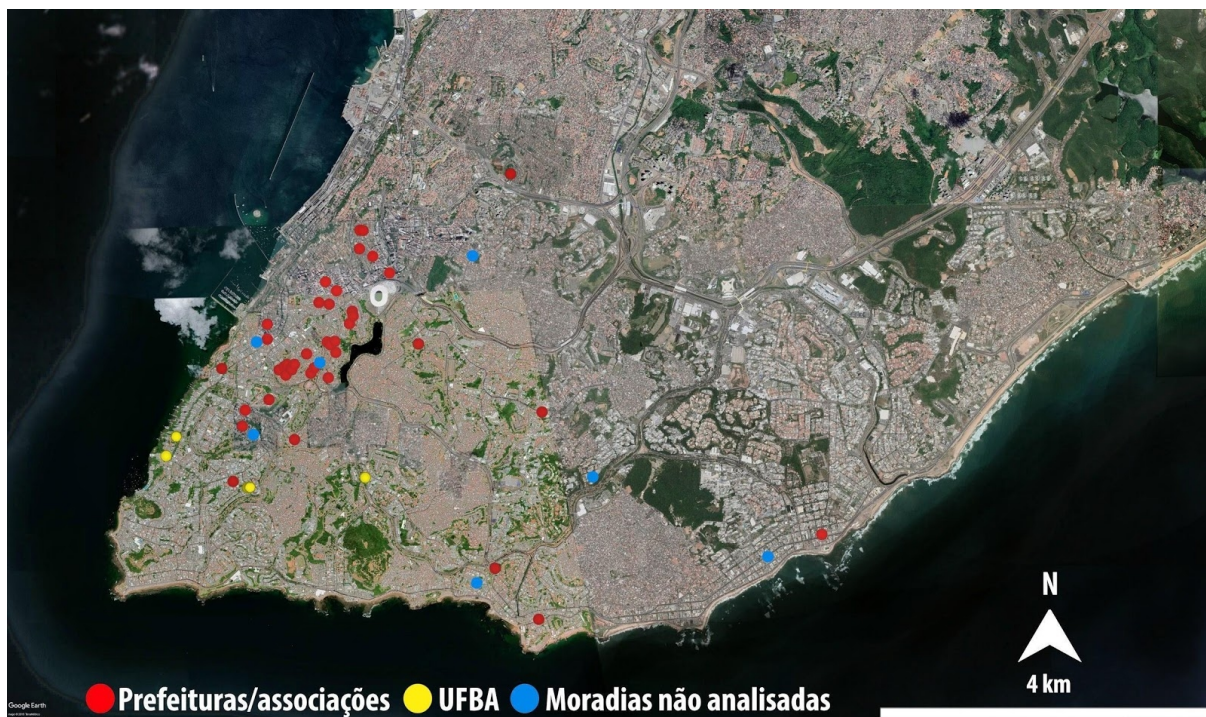
Nesse sentido, a seção a seguir traz um panorama da condição das moradias levando em consideração a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços e infraestrutura e a habitabilidade.

4. Panorama da condição das moradias estudantis em Salvador

Diante do contexto apresentado, é evidente que as moradias estudantis possuem demandas específicas, que podem ser supridas com práticas e ações. Por isso, ao estudá-las, busca-se entender quais são essas demandas e, a partir daí, discutir sobre os principais aspectos que envolvem esses espaços. Para tanto, a seção está subdividida em Moradias Não UFBA (MNU) e Moradias UFBA (MU).

Cada uma traz um breve contexto – com informações referentes ao total de residentes e a lotação máxima – e as análises – onde estão as leituras quanto aos três critérios elencados (segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços e infraestrutura; habitabilidade) e as percepções das pesquisadoras, que permitem caracterizar as moradias como adequadas ou inadequadas. Na Figura 2 a seguir, se ilustra a distribuição dos dois grupos de moradias na cidade de Salvador.

Figura 2: Localização das moradias estudantis em Salvador.



Fonte: SACRAMENTO E OLIVEIRA (2019), mapa elaborado pelas autoras.

4.1 Moradias não UFBA (MNU)

Em relação às 43 moradias destacam-se alguns dados: com relação ao quantitativo de moradores, verifica-se grande variação de estudantes (entre seis e 50 moradores). Além disso, destacam-se quatro moradias, cuja lotação máxima foi atingida, e outras duas que estão superlotadas. Isto foi possível de ser constatado mediante as informações fornecidas pelos representantes quanto à quantidade de moradores existentes no momento da pesquisa e à capacidade máxima de pessoas que a moradia poderia comportar.

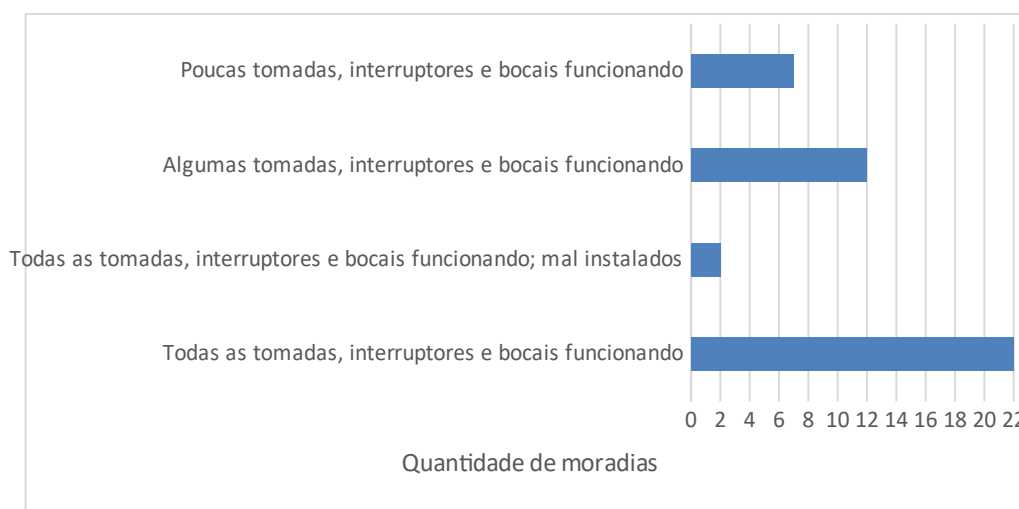
Nessa perspectiva, no que diz respeito à segurança jurídica da posse, observa-se que todas as moradias não UFBA estudadas possuem tal segurança, visto que ou há um contrato de aluguel ou são imóveis próprios, o que as caracterizam como adequadas, levando em conta apenas esse quesito. No entanto, do total de moradias estudadas, 33 (77%) não contam com a garantia de sua permanência no mesmo endereço ao longo do período de estadia dos estudantes, visto que estão na condição de aluguel. Como mencionado, a especificidade da questão contratual pode impactar negativamente na rotina estudantil, diante da eventual necessidade de mudança de endereço.

Já quanto à disponibilidade de serviços e infraestrutura nas moradias, o mencionado foi que a adequação da moradia está diretamente ligada com a disponibilidade do acesso aos diversos tipos desses serviços e infraestruturas urbanas, com uma relação de proporcionalidade, de modo que, quanto maior for o acesso, maior será o grau de adequação da moradia. Dessa forma, a maioria das casas (30 moradias ou 70%) estão adequadas, levando em consideração esse quesito, visto que não foram apontados problemas de acesso ou disponibilidade pelos representantes.

Em contraposição, representantes de duas moradias alegaram ter múltiplos problemas – segurança, pavimentação, acesso, rede telefônica e a relação de proximidade com o mar na manutenção do imóvel – e em outras nove moradias (ou 21%) os representantes alegaram problemas quanto ao serviço de internet. Com relação a este último, observou-se que as 43 moradias estudadas têm acesso ao serviço, mas ao analisar o alcance da internet como critério de qualidade do mesmo nas moradias, observa-se que 36 casas (84%) estão mais adequadas, visto que o sinal contempla a casa toda, possibilitando aos estudantes um melhor acesso à internet.

Por fim, a Figura 3 traz outros dados a respeito dos serviços e da infraestrutura das moradias, agora com relação às instalações elétricas: em 22 moradias (51%) os representantes responderam que todas as tomadas, interruptores e bocais de lâmpadas estão funcionando, o que as tornam adequadas levando em consideração esse critério. Além disso, observa-se que sete (o equivalente a 16%) têm poucos destes itens em funcionamento. É importante ressaltar que, por se tratar de moradias estudantis coletivas, é fundamental que se tenha uma quantidade elevada de tomadas, interruptores e bocais funcionando, visando otimizar a rotina dos estudantes.

Figura 3: Situação da instalação elétrica das MNU por quantidade de moradias.



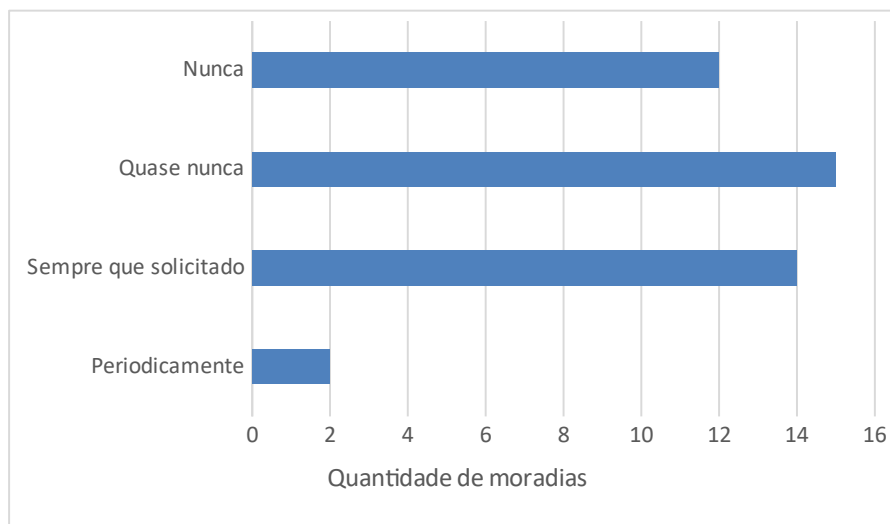
Fonte: autores (outubro de 2019).

No último componente, a habitabilidade, lembra-se que para caracterizar a moradia como adequada, é fundamental falar sobre a condição física da mesma. Nessa perspectiva, quanto a situação das instalações hidráulicas, 16 moradias (37%) podem ser consideradas adequadas, visto que seus representantes declararam não existir infiltração ou vazamento nas respectivas moradias. Entretanto, oito moradias (19%) estão em condições piores, visto que apresentam muitas infiltrações e vazamentos. Dessas, seis quase nunca recebem manutenção, uma recebe sempre que solicitado e outra periodicamente. E, em 19 moradias (ou 44%) existem algumas infiltrações ou vazamentos. Das quais, nove nunca recebem manutenção, cinco quase nunca e cinco recebem sempre que solicitado.

No que diz respeito à frequência de manutenção nas moradias estudadas, percebe-se na Figura 4 que apenas duas (ou 5%) recebem manutenção periódica, o que é considerado a frequência mais adequada às moradias.

E com relação à inadequação, tem-se que 12 moradias (28%) nunca recebem manutenção e 15 delas (35%) quase nunca têm, enquanto que 14 (33%) recebem sempre que solicitada. Nesse contexto, observa-se que ou as moradias carecem de reparos e estão em condições ruins, podendo ser consideradas como inadequadas; ou as moradias não estão necessitando de manutenção e por isso não a recebem, mas não necessariamente estão inadequadas numa análise geral.

Figura 4: Frequência de manutenção nas MNU por quantidade de moradias.



Fonte: autores (outubro de 2019).

4.2. Moradias UFBA (MU)

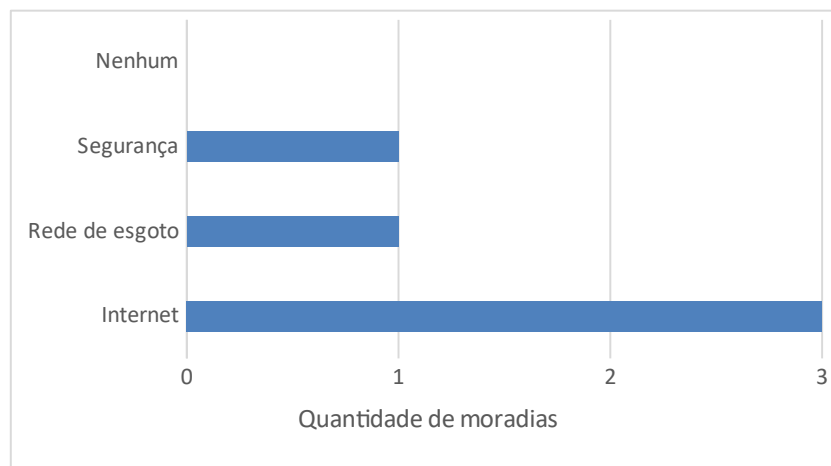
Foram estudadas as cinco edificações que têm ligação com a UFBA, são elas: a Residência Universitária 1, Residência Universitária 2, Residência Universitária 3 – que se divide em dois edifícios (R3-21 e R3-28) com características distintas, portanto foram estudadas separadamente – e Residência Universitária Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima (R5).

Observa-se nas moradias uma variação de quantidade de moradores: abrigam entre 18 e 183 estudantes, a depender da Residência estudada. Além disso, não existe caso de superlotação e/ou lotação máxima, contexto que pode ter relação com a assistência dada pela PROAE, desde o processo seletivo até a ocupação das vagas.

Exposto o contexto geral acerca das moradias estudantis ligadas à UFBA, parte-se para as práticas observadas nestas. Desse modo, em relação a segurança jurídica da posse, tem-se que a maioria das casas (o equivalente a 60%) são próprias, ou seja, o imóvel pertence a Universidade, e as demais são alugadas. Nesse sentido, ainda que todas tenham a segurança de posse, três estão em situação mais adequada com relação a esse quesito.

Já quanto os serviços prestados para as moradias, todas apresentam algum tipo de problema, o que as coloca em situação de inadequação. O que chama atenção é que em três delas (60%) os problemas são com relação à internet, como mostra a Figura 5. Tais problemas podem estar ligados a ausência de fibra ótica na região entre o Corredor da Vitória e a Graça, situação apontada pelos moradores no momento da aplicação dos questionários.

Figura 5: Problemas nos serviços prestados por quantidade de moradias.



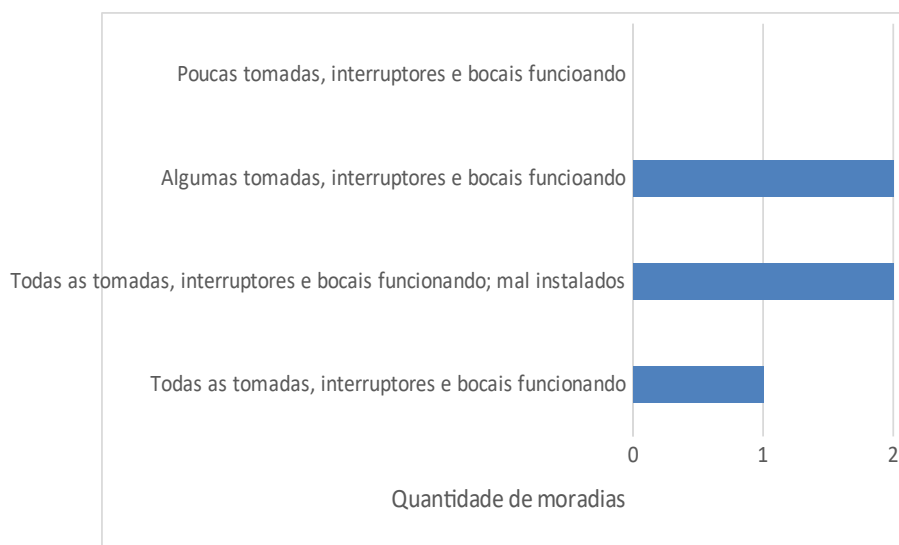
Fonte: autores (outubro de 2019).

Apesar de a maioria ter problema com o serviço de internet, todas têm o acesso, caracterizando-as como adequadas, levando em consideração apenas esse quesito. Com relação ao alcance da internet, tem-se que uma das moradias possui o serviço apenas ao pavimento térreo e quatro moradias (equivalente a 80%) estão providas de rede WiFi em toda a casa, se encaixando na situação considerada mais adequada.

Quando se trata das instalações elétricas (Figura 6), levando em consideração a melhor situação (ter todas as tomadas, interruptores e bocais de lâmpadas funcionando), apenas uma moradia está adequada. No entanto, é importante ressaltar que nenhuma moradia possui a pior situação (poucas tomadas, interruptores e bocais de lâmpadas funcionando).

Quanto a habitabilidade, tem-se que a frequência de manutenção nas MU é bem mais específica, visto que as demandas são diretamente ligadas ao setor de serviços da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), responsável por esses ajustes. Nenhuma das cinco moradias ficam sem receber manutenção, ou seja, há uma situação favorável com relação à frequência de manutenção nas UM. Duas moradias recebem manutenção periodicamente, tornando-as adequadas com relação a esse critério, já que essa é a melhor situação.

Figura 6: Situação da instalação elétrica por quantidade de moradias.



Fonte: autores (outubro de 2019).

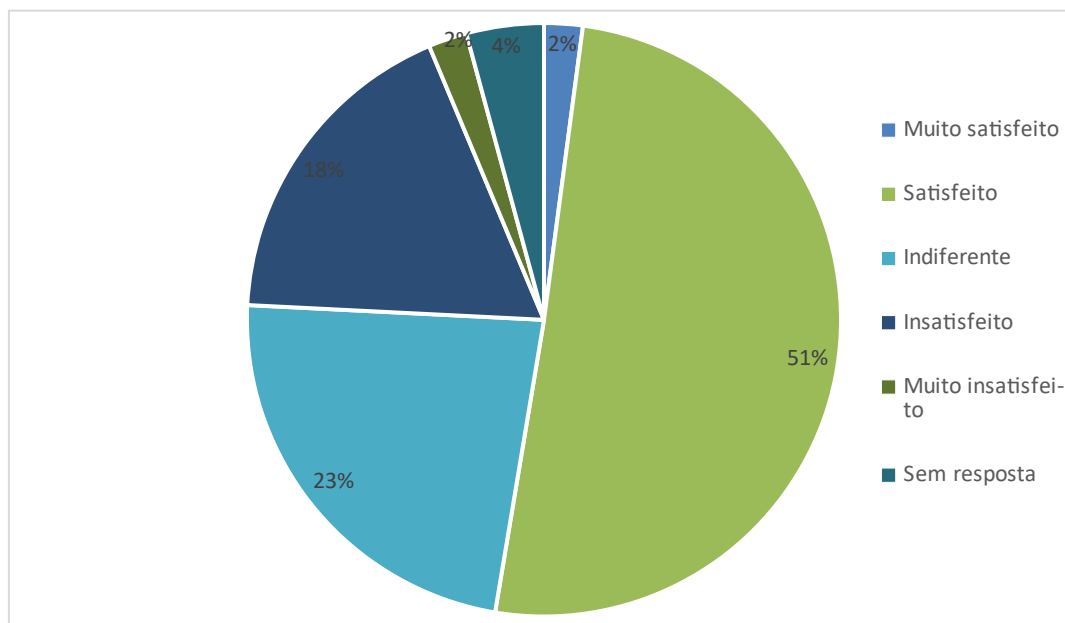
Com relação às instalações hidráulicas, considerando a existência de infiltrações e vazamentos, apenas uma moradia pode ser considerada adequada, visto que não possui nenhum problema com relação a essa demanda. Essa questão é muito relevante, por estar diretamente ligada com a salubridade do ambiente. Nas demais moradias há infiltrações cujas causas podem estar relacionadas a diferentes origens, cujo questionário e/ou visita não deram conta de captar.

5. Considerações finais

Dado o contexto referente às condições das moradias, surgem considerações adicionais. A primeira é quanto a satisfação do morador em morar nesses espaços, da forma que estão. Nesse sentido, seria possível pensá-lo a partir da questão “como você se sente morando na residência?”, presente no questionário do perfil do estudante. O quantitativo total de estudantes que responderam este questionário foi 95. Sinaliza-se que este quantitativo apenas representa os estudantes UFBA moradores das MNU, visto que a participação dos moradores das MU na aplicação de questionários individuais foi consideravelmente baixa⁷. Percebe-se, ao analisar a Figura 7, que 51% dos moradores estão satisfeitos em habitar nas moradias, ainda que 18% estejam insatisfeitos. Também é importante ponderar que os dois extremos – muito satisfeito e muito insatisfeito – equivalem a 2% dos moradores, cada.

⁷ Não se tem como precisar o porquê da baixa participação dos estudantes residentes nas moradias UFBA para responder ao questionário, visto que se seguiu a mesma metodologia empregada nas moradias não UFBA: deixar o questionário com o representante que os distribuía e os recolhia respondidos, dado um intervalo de tempo entre a entrega e o recolhimento.

Figura 7: Satisfação dos moradores das MNU.



Fonte: autores (outubro de 2019).

Esse contexto levanta duas hipóteses: ou os moradores se sentem contemplados com a moradia, mesmo ela apresentando problemas; ou se reconhece a importância política desse espaço e a satisfação está ligada com o pertencimento. Nesse sentido, ainda que se possa considerar que uma proposição não invalida a outra, é fundamental que as moradias sejam vistas como espaços de resistência política e geridas de forma a manterem suas condições físicas adequadas. Ressalta-se, então, o papel das administrações, sejam elas advindas das prefeituras, associações ou da própria UFBA, de forma a incentivar o investimento e melhoria constante desses espaços.

Há, ainda, outros aspectos marcantes referentes às moradias. No caso das MNU, destaca-se a vulnerabilidade, principalmente, pela segurança jurídica da posse. Isso porque o vínculo através do contrato de aluguel não garante a permanência das moradias, seja pela necessidade de mudanças constantes, seja pela localização das moradias. Assim, é possível acrescentar que esses fatores levam à inadequação das moradias, afinal os estudantes vêm de outras cidades e, muitas vezes, não conhecem Salvador, o que pode acentuar a insegurança em ter que se realocar frequentemente.

Com relação as MU, neste mesmo aspecto, nota-se uma situação mais adequada para os estudantes que aí moram, visto que apenas duas moradias são alugadas. Todavia, lembre-se que essas e as demais têm o acompanhamento direto da UFBA. Nesse sentido, a existência de uma Pró-Reitoria que cuida exclusivamente da Assistência Estudantil pode

garantir certa constância e segurança quanto às questões que envolvem as moradias, tanto no sentido de localização, quanto manutenção e acompanhamento. É válido ressaltar que as cinco moradias da UFBA estão localizadas em bairros nobres de Salvador e dispõem de transporte exclusivo para os estudantes, mais um fator que assegura a continuidade e qualidade desses espaços, levando em consideração as facilidades de acesso.

Em relação às condições dos imóveis, há o comprometimento da salubridade das moradias. Quanto a isso, sinaliza-se que a moradia estudantil tem demandas específicas e que deveriam ser consideradas, pensando em sua otimização. Por exemplo, a quantidade de tomadas, interruptores e bocais teria que atender a demanda dos moradores, sem tomar como parâmetro as residências unifamiliares, visto que o contexto é totalmente diferente. Outra questão de inadequação é a insuficiência e/ou inexistência de áreas voltadas para a convivência coletiva nas moradias. Uma grande contradição, visto que as moradias estudantis deveriam fomentar essas atividades relacionadas às discussões, debates e convívio coletivo.

Assim sendo, é possível concluir que as moradias estudantis em Salvador apresentam contextos diferentes, ainda que apontem para certo equilíbrio no que tange à qualidade e satisfação dos moradores. A qualidade do habitar, portanto, se expressa nos diversos aspectos aqui apresentados, como a manutenção do imóvel, o suprimento das necessidades dos moradores, a sensação de segurança e a garantia de um espaço de acolhimento e conforto para desenvolver bem suas atividades pessoais e acadêmicas. Dessa forma, é fundamental lançar luz para a discussão de investimento e manutenção das moradias, buscando sua continuidade e adequação, afinal ter direito à cidade é também ter direito à moradia adequada.

Referências:

BARROS, Eliene Barreto de Araújo. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: a bolsa moradia na UFBA-2014**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16542>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BERNARDI, Renato. MEDA, Ana Paula. **ESTIGMAS TERRITORIAIS URBANOS: DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA AO DIREITO À CIDADE**. In: Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade. E-ISSN: 989X. Volume 3, número 2, páginas 18 a 33. Maranhão, Julho a Dezembro de 2017.

BRASIL, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. **Carta mundial pelo direito à cidade**. Disponível em <<http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. Último acesso em 22 de junho de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

COSTA, Gerson Carlos de Oliveira. OLIVEIRA, Pedro de. **Moradias Estudantis: Uma política pública na consolidação do Direito à Cidade**. In: urbBA[12]: A produção da cidade e captura do público: que perspectivas? Anais... Salvador: Faculdade de Arquitetura, 2012.

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos; PRIMO JÚNIOR, Gerson Rodrigues; LIMA, Frederico Perez Rodrigues. **Moradia estudantil: o direito à cidade nas políticas públicas de juventude**. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO ESTADO DA BAHIA. Revista Bahia Análise & Dados: Juventude, questões contemporâneas, Salvador, v. 20, n. 4, out./dez. 2010., p. 515-527.

MASTRODI, Josué; ALVES, Ederson dos Santos. **A segurança jurídica da posse como pressuposto do direito fundamental à moradia**. Revista Direito da Cidade, v. 09, n. 1, 2016, p. 22-49. Acesso em: 17 jan. 20.

PEDRO, João Antônio Costa Branco de Oliveira. **Definição e Avaliação da Qualidade Arquitetônica Habitacional**. Dissertação (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de Arquitetura da Universidade do Porto, Lisboa, Portugal, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes**. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, n. 05, ano 2, p. 37-42, 2011. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/005/original/emetropolis_n05.pdf?14478>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SACRAMENTO, Sabrina Carneiro. OLIVEIRA, Yuri. **Caracterização Do Entorno Das Moradias Estudantis Em Salvador**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. 2020. (in mimeo)

SAULE JUNIOR, Nelson. **Instrumentos de monitoramento do direito humano a moradia adequada**. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SARKIS, H. **How will we live together?** Il Tema della Biennale Architettura 2021. (Texto curatorial). Disponível em: <https://www.labiennale.org/it/architettura/2021/intervento-di-hashim-sarkis>.